

**LUIZ ADOLFO
PINHEIRO**

21 FEB 1988

A sucessão presidencial

Mais uma vez o regime republicano começa a viver a sua hora mais dolorosa — a da sucessão presidencial. Desde o sucedimento no poder do próprio fundador da República, Deodoro da Fonseca, essa é a prova de fogo que o País tem de agüentar, de maneira inexorável, há quase um século.

O tiroteio já começou. Daqui até o dia em que o sucessor do presidente Sarney ingressar no Palácio do Planalto, o ambiente político nacional só vai esquentar, numa guerra declarada de propaganda eleitoral. Depois será outra batalha na hora da sucessão do sucessor.

Nessa briga de folce no escuro, vale tudo. É a triste realidade do processo de disputa pelo poder. Essa luta, como se sabe, é dura e permanente em qualquer lugar e em qualquer época. Que o diga o homem-forte da China, Deng Xiaoping, que já foi deposto da secretaria-geral do PC pela Guarda Vermelha de Mao e deu a volta por cima, na crista da onda. Que o diga o líder Gorbachev, sempre acossado pela linha dura soviética, desconfiada da sua perestroika e inconformada com a perda de poder e de privilégios.

Se a luta é inevitável, então que se procure civilizá-la mediante regras institucionais, que tornem a sucessão presidencial um fato natural do regime e não um aborto da natureza, como acontece no Brasil. Curiosamente, porém, não existe um único dispositivo no projeto da nova Constituição, ora em debate na Assembleia Constituinte, que tenha a mais remota preocupação de pelo menos minorar essa crise dolorosa que o Brasil enfrenta todas as vezes em que o mandato presidencial entra em sua fase derradeira.

Os constituintes não podem perder a oportunidade de encaixar na futura Carta regras sérias e adequadas para tentar normalizar essa tourada cívica, que é a sucessão do Presidente da República. Por que não introduzir eleições primárias, por exemplo, como nos Estados Unidos? Isto já ajudaria a melhorar a seleção dos candidatos e aumentar a participação popular. É um método democrático para ajudar a selecionar o infeliz cidadão a quem se entrega a Presidência da República. O que o País não agüenta é a guerra civil periódica, candidamente denominada de sucessão presidencial.

CORREIO BRAZILIENSE 21 FEB 1988